



Calculando o Índice  
de Desenvolvimento  
Ajustado aos Sexos  
em Moçambique  
(2004-2008)

Autor: Santiago Goicoechea, Consultor Independente

MSc (Oxford), BSc Hons (Warwick), LLB (Madrid)

Mês/Ano: Agosto de 2009

Para: MPD/MMAS/GCG

Coordenação: MPD/MMAS

Comentários e Apoio Técnico: UNIFEM/GCG

Betty Mutata – GTZ

Charlotte Taylor - MPD

Eleassara Antunes – Embaixada da Holanda

Ernesto Tchamo – MMAS

Francelina Romão – MISAU

Kátia Taela - ONUSIDA

Lidia Meque – Embaixada da Irlanda

Maimuna Ibraimo - MPD

Leontina dos Muchangos – PSU CIDA

Ondina da Barca Vieira – UNIFEM

Financiamento: UNIFEM

## **Sumário**

- I. Introdução
- II. O Cálculo do GDI
- III. Análise do GDI no Contexto de Moçambique
- IV. Indicadores de Género de Última Geração
- V. Conclusão
- VI. Bibliografia

## **I. Introdução**

O objectivo primordial deste breve estudo é o cálculo do Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos (GDI nas suas siglas em inglês) entre 2004 e 2008 identificando os factores que tenham contribuído para o alcance ou não da meta estabelecida determinando, se possível, a relação com as intervenções implementadas no âmbito do PARPA II.

O estudo foi elaborado entre 25 de Julho e 11 de Agosto de 2009 sob liderança do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e em estreita coordenação o Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) e o Grupo de Coordenação de Género (GCG).

O estudo sobre o GDI seguiu-se a outro mais abrangente sobre a avaliação da implementação e do impacto das acções sobre género contidas no PARPA II (2006-2009) que foi elaborado no mesmo período liderado conjuntamente pelo MMAS e o GCG em estreita coordenação com o MPD

O GDI foi um dos indicadores globais que seleccionado no âmbito do PARPA II para servir de referência na análise do desempenho do país na redução das desigualdades de género no contexto global do combate a pobreza absoluta.

O PARPA II prevê a elaboração dum relatório geral de avaliação do impacto das medidas contidas no PARPA II para a redução da pobreza. Portanto, tanto o presente estudo quanto a avaliação das acções sobre género constituem insumos para o mesmo.

A meta do GDI que o PARPA II estabeleceu para 2009 foi 0,4 partindo de uma base de 0.3 fixada em 2004.

Para além do calculo do GDI em 2009, este estudo descreve a metodologia de cálculo e as fontes de informação usadas para além de fazer uma análise simples das variáveis que compõem o índice e da sensibilidade do índice as diferenças entre os sexos nas variáveis com maior influência no valor final do índice (esperança de vida e PIB per capita).

E, apresenta cinco indicadores sobre género de última geração, com diferentes níveis de requerimentos estatísticos. Todos eles são usados para fazer comparações internacionais e fornecem diferentes perspectivas sobre os vários aspectos da desigualdade de género. Com estes, pretende-se oferecer elementos para reflexão com vista a melhorar cada vez mais o processo de medição do desempenho do PARPA sobre a igualdade de género especialmente numa altura em que está em vista a formulação de um novo instrumento orientador para a redução da pobreza em Moçambique.

## II. O Cálculo do GDI

O GDI é um indicador semelhante ao HDI<sup>1</sup> mas inclui um ajustamento nas diferenças entre os sexos nas variáveis utilizadas (esperança de vida, alfabetização, escolarização e PIB per capita \$PPC).

Portanto, o GDI é um indicador do desenvolvimento do país ajustado aos sexos.

Os aspectos metodológicos desta secção foram tirados do relatório de desenvolvimento humano do PNUD de 2007.

O GDI baseia-se em três indicadores com igual peso no cálculo do GDI:

- 1) Indicador de longevidade, medida pela esperança de vida à nascença;
- 2) Indicador de nível educacional, medido por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos (ponderação de dois terços) com a taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior (ponderação de um terço);
- 3) Indicador de PIB per capita (\$PPC) por sexos, medido pelo PIB real per capita em dólares de paridade de poder de compra.

Para o cálculo do GDI, o Relatório Global de Desenvolvimento Humano do PNUD, fixa para cada uma das três dimensões do GDI os seguintes valores mínimos e máximos:

- Esperança de vida à nascença: 25 anos e 85 anos;
- Alfabetização adulta: 0% e 100%;
- Taxa de escolaridade bruta combinada: 0% e 100%;
- PIB real per capita (dólares PPC): 100 e 40.000 (dólares PPC);

O cálculo do GDI baseia-se nas mesmas variáveis que o HDI, com a diferença de que o GDI ajusta a realização média em esperança de vida, nível educacional e rendimento, de acordo com um parâmetro de ponderação da disparidade entre as mulheres e os homens nas variáveis referidas.

O parâmetro de ponderação foi fixado em  $\epsilon=2$ , tomado de PNUD (2004) e que exprime uma aversão moderada à desigualdade<sup>2</sup>.

As formulas usadas para cada indicador são:

---

<sup>1</sup> *Human Development Index* (índice de desenvolvimento humano).

<sup>2</sup> Expressa um grau moderado de aversão à desigualdade e é calculada como média harmónica dos valores masculinos e femininos.

## 1) O Índice de Esperança de Vida (IEV)

{Parcela da população feminina x  $(IEV_f)^{(1-\epsilon)}$  + Parcela da população masculina x  $(IEV_m)^{(1-\epsilon)}$ }<sup>(1-\epsilon)</sup>

$$IEV_i = \frac{TEV_i - TEV \text{ min}}{TEV \text{ max} - TEV \text{ min}}; \forall i = f, m$$

Onde TEV = taxa de esperança de vida.

A fonte usada para a parcela de população foram os resultados preliminares do censo 2007 (INE 2008). Os valores para 2008 foram projectados com base nas taxas de crescimento dos últimos quatro anos.

A fonte usada para a esperança de vida foi a única fonte oficial sobre esperança de vida disponível até a data, as projecções actualizadas da População Total 1997-2020 (INE 2004).

O INE irá calcular a taxa de esperança de vida com base nos dados do censo 2007 quando os dados tiveram sido digitados na sua totalidade. Actualmente os dados referentes as províncias de Zambézia e Nampula (as duas províncias mais populosas) ainda estão a ser digitados.

Foram usadas projecções da taxa de esperança de vida ajustada ao impacto do SIDA para o calculo do cenário D apenas com a intenção de fornecer uma comparação com o GDI calculado com a taxa oficial da esperança de vida (usada nos cenários A, B e C).

As projecções da taxa de esperança de vida ajustada ao impacto do SIDA foram tiradas do Relatório de Vigilância Epidemiológica de 2004. Segundo informações do INE estas projecções contemplam cenários de evolução da esperança de vida na ausência de acções corretoras do efeito do SIDA na população. É importante salientar que estas projecções não têm carácter oficial.

## 2) O Indicador do Nível Educacional (INE)

{Parcela da população feminina x  $(INE_f)^{(1-\epsilon)}$  + Parcela da população masculina x  $(INE_m)^{(1-\epsilon)}$ }<sup>(1-\epsilon)</sup>

$$INE_i = 0.66 \times \frac{TAA_i - TAA \text{ min}}{TAA \text{ max} - TAA \text{ min}} + 0.33 \times \frac{TBCE_i - TBCE \text{ min}}{TBCE \text{ max} - TBCE \text{ min}}; \forall i = f, m$$

Onde TAA= taxa de alfabetização de adultos e TBCE= taxa bruta combinada de escolarização, TAAmax = 100 e TBCEmax =100. A taxa bruta refere-se ao número de matrículas, (independentemente da conclusão o não do ensino) e não desconta os repetentes.

A fonte usada para a parcela de população foram resultados preliminares do censo 2007 (INE 2008). Os valores para 2008 têm sido projectados com base nas taxas de crescimento dos últimos quatro anos.

A fonte usada para a taxa de escolarização bruta combinada foi a base de dados do MEC. (Note-se que a base não inclui dados sobre ensino superior desagregados por sexo. Contudo, a ausência destes dados não tem um impacto significativo no cálculo da taxa bruta combinada de escolarização).

A fonte usada para a taxa de alfabetização foi a única fonte oficial existente até a data INE (2005) IFTRAB 2004/05.

No entanto quando os dados do MICS 2008 forem disponibilizados pelo INE esta taxa poderá ser actualizada. Dado o peso desta variável no calculo do GDI (a segunda menos importante, depois da taxa de escolarização) o impacto quantitativo estimado no calculo do GDI é mínimo.

### 3) O Indicador de PIB per capita (\$PPC) por sexos

{Parcela população feminina  $\times [W(y_f)]^{(1-\epsilon)}$  + Parcela população masculina  $\times [W(y_m)]^{(1-\epsilon)}$ }

O rendimento ajustado tanto para mulheres  $W(y_f)$  como para homens  $W(y_m)$  é tratado do mesmo modo como na construção do HDI, isto é:

$$W(y_f) = \frac{\text{Log}(y_f) - \text{Log}(y_{\min})}{\text{Log}(y_{\max}) - \text{Log}(y_{\min})} \quad W(y_m) = \frac{\text{Log}(y_m) - \text{Log}(y_{\min})}{\text{Log}(y_{\max}) - \text{Log}(y_{\min})}$$

O PIB *per capita* \$PPC das mulheres ( $y_f$ ) e dos homens ( $y_m$ ) obtêm-se dividindo respectivamente pela população feminina e masculina do país.

PIB Total (\$PPC) das mulheres =  $S_f \times$  (PIB Total \$PPC do país)

PIB total (\$PPC) para os homens = PIB total \$PPC do país  $\times (1 - S_f)$

Onde:

$$S_f = \frac{(W_f / W_m) * ea_f}{(W_f / W_m) * ea_f + ea_m}$$

O rendimento de cada sexo ( $y_f$  e  $y_m$ ) é calculado a partir duma estimativa dum PIB (\$PPC) feminino e um PIB (\$PPC) masculino usando como coeficiente a parcela feminina da remuneração salarial ( $S_f$ ) calculada utilizando o rácio entre o salário não agrícola feminino ( $w_f$ ) e o salário não agrícola masculino ( $w_m$ ) e as parcelas percentuais feminina ( $ea_f$ ) e masculina ( $ea_m$ ) da população economicamente activa.

O pressuposto assumido é que a parcela feminina dos rendimentos auferidos é igual à parcela feminina da conta salarial não agrícola ( $S_f$ )

O PNUD afirma que os dados sobre o rácio salarial não estão disponíveis para o caso de Moçambique, motivo pelo qual o PNUD assume que o salário feminino não agrícola é em média equivalente a 75% do salário masculino não agrícola.

Este pode ser um bom pressuposto que permite a comparabilidade com outros países. Contudo, o inconveniente é que este pressuposto tem sido constante ao longo do tempo durante os últimos anos (pelo menos desde o ano 2000).

Seria desejável estimar a falha agregada ou *gap* salarial não agrícola entre homens e mulheres pelo menos cada vez que um inquérito com informação sobre rendimentos é realizado (por exemplo o IFTRAB ou o IOF). Desta maneira o *gap* salarial poderia ser actualizado com alguma regularidade.

Neste estudo foi calculado um *gap* salarial agregado nos sectores não agrícolas a partir das diferenças nas qualificações profissionais entre os sexos, com base na seguinte tabela:

Tabela 1. Participação e Salário Segundo os Níveis de Qualificação

Níveis de qualificação	Parcelas nos níveis de qualificação por sexo			Índice Salarial
	Feminino	Masculino	Total	
Emprego não qualificado na agricultura	88.2	67.0	78.1	100
Emprego qualificado na agricultura	2.4	7.8	5.0	164
Emprego não qualificado fora da agricultura	7.1	18.0	12	430
Emprego qualificado fora da agricultura	1.8	5.8	3	1.474
Emprego altamente qualificado fora da agricultura	0.4	1.4	3.7	3.509
Média/Total	100	100	0.9	225

Fonte: Banco Mundial (2007)

A fonte usada para as parcelas de população foram os resultados preliminares do censo 2007 (INE 2008). Os valores para 2008 foram projectados com base nas taxas de crescimento dos últimos quatro anos.

A fonte usada para o PIB per capita foi INE (2008) Resumo dos Principais Indicadores Macroeconómicos, 1998-2008.

A série de paridades de poder de compra foi facilitada pelo INE mais foi elaborada pelo Banco Mundial.

A fonte usada para as parcelas na população economicamente activa foi o IFTRAB (2004/05). Este dado tem carácter estrutural pelo que quase não muda ao longo do tempo. Além de mais, em Moçambique não se observa desigualdade entre os sexos na participação na população economicamente activa.

### III. Análise do GDI no Contexto de Moçambique

#### Análise dos resultados

O gráfico que se segue apresenta os resultados da estimativa do GDI de acordo com quatro cenários diferentes:

Cenário A: calculando o gap salarial agregado não agrícola com base nos diferentes níveis de qualificação entre homens e mulheres;

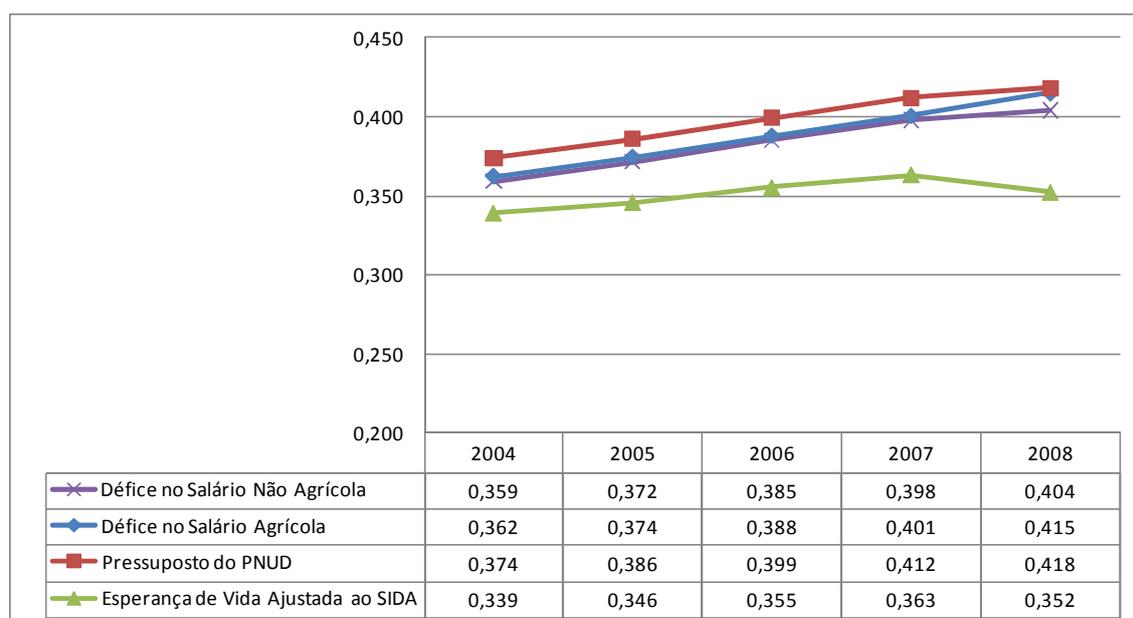
Cenário B: calculando o gap salarial global (agrícola e não agrícola) com base nos diferentes níveis de qualificação entre homens e mulheres. Este cenário portanto foge da metodologia estabelecida pelo PNUD;

Cenário C: usando o pressuposto do PNUD segundo o qual em média as mulheres ganham um salário não agrícola equivalente a 75% a o salário não agrícola dos homens.

Cenário D: usando as projecções das taxas de esperança de vida ajustada ao impacto do SIDA apresentadas no relatório de vigilância epidemiológica (não oficiais).

Este cenário é mais imaginário que real. Porém, fornece uma ideia sobre qual seria a taxa de esperança de vida e o GDI resultante se o Governo não implementasse qualquer medida para a prevenção e o tratamento do HIV&SIDA.

Gráfico 1. O Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos



Fonte: Cálculos do autor usando dados do INE

Deacordo com os dois cenários que aplicam a metodologia do PNUD (cenários A e C) a meta do PARPA II para 2009 foi atingida em 2008. Em ambos cenários o nível de base (em 2004) do GDI era bastante alto (0,359 e 0,374 respetivamente).

### *Análise das variáveis*

As variáveis que conformam o GDI têm diferentes pesos:

<b>Variáveis</b>	<b>Peso</b>
Esperança de Vida	33.3%
Alfabetização	22.2%
Escolarização	11.1%
PIB per cápita \$PPC	33.3%

Desta tabela pode-se concluir que existem duas variáveis com um peso claramente superior no cálculo do GDI: a esperança de vida e o PIB per capita \$PPC. Mais em baixo fornece-se uma análise simples da sensibilidade do GDI a estas variáveis desagregadas por sexo.

Em relação às variáveis com um peso menor, pode se constatar que Moçambique tem registado importantes melhorias na escolarização e na alfabetização da população.

Está-se muito perto de atingir a equidade de género no ingresso a nível da primeira classe (ensino primário) e a taxa de alfabetização de adultos nos últimos anos tem crescido mais rápido do que a população. Estes avanços têm uma relação directa com o nível de recursos financeiros investidos no sector, que se situa à cabeça dos sectores prioritários.

Em ausência dum *Public Expenditure Review* (revisão da despesa pública) no sector da educação é difícil aferir o nível de eficácia e eficiência da despesa pública no sector. Porém, olhando para os resultados em termos de escolarização pode se concluir que o sector conseguiu fazer um uso bastante eficaz dos recursos públicos investidos.

Quanto as variáveis com mais peso no GDI: esperança de vida e PIB per capita \$PPC, ambas são variáveis “compostas” resultado dum conjunto de acções múltiplas.

Algumas variáveis que afectam a esperança de vida são:

1. A nutrição
2. O acesso a água potável

3. O acesso ao saneamento
4. Padecimento de doenças

Existem dados preliminares (MICS 2008) que parecem apontar para um melhoramento de algumas variáveis de privação muito severa nas crianças nalgumas dimensões incluindo nutrição, água, saneamento e saúde, em quase todas as províncias (indicadores de Bristol).

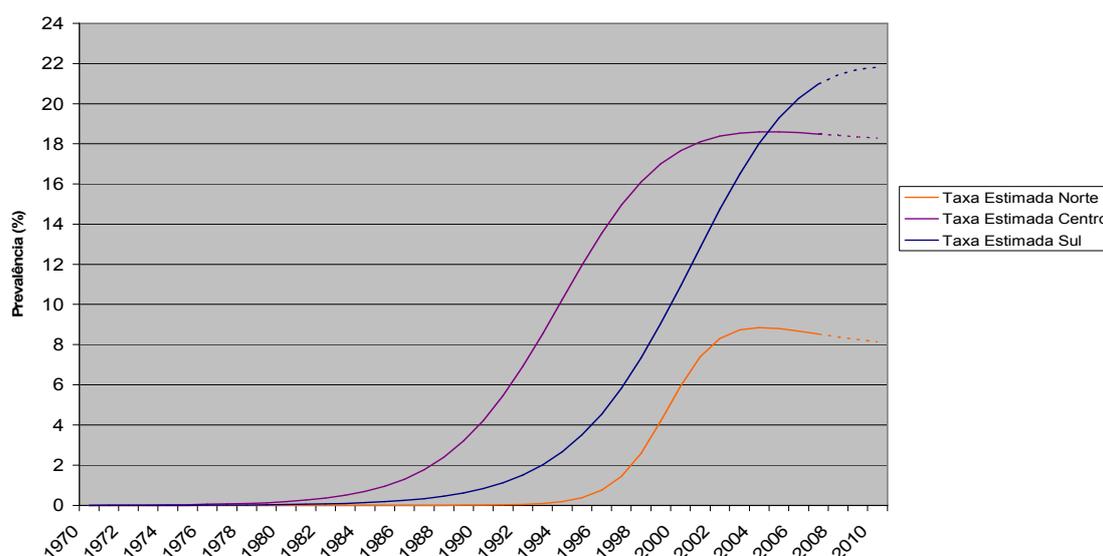
Estas melhorias referem-se a reduções de situações de privação muito severa e apenas em crianças motivo pelo qual podem não ser suficientes para reduzir de forma significativa a taxa de mortalidade de todos os grupos etários da população.

Contudo, pelo menos no que diz respeito as crianças é provável que estas melhorias se traduzam na redução da mortalidade das crianças.

Em relação as medidas implementadas no contexto do PARPA II, registou-se um aumento do acesso a água potável e da cobertura do saneamento especialmente nas zonas urbanas.

Segundo os últimos estudos disponíveis o aumento nos rendimentos agrícolas não se tem traduzido num aumento da nutrição. Embora tenham ocorrido vivos debates sobre a comparabilidade dos dados de nutrição não foi realizada uma análise sobre até que ponto as várias medidas sobre segurança alimentar e nutricional contidas no PARPA II tem sido implementadas.

A prevalência do HIV parece estar a entrar numa fase de estabilização na região Centro, mostra ainda uma tendência crescente na região Sul e na região Norte parece relativamente baixa. A prevalência do HIV na região Sul já ultrapassou à da região centro.<sup>3</sup>



<sup>3</sup> Grupo Multissetorial (2007). Relatório de Vigilância Epidemiológica.

Segundo a Ronda de Vigilancia Epidemiológica de 2007 estima-se que em 2009 há 440 novas infecções por dia aumentando até 445 em 2010. Além de mais, em 2009 há 887.3 mil mulheres adultas vivendo com HIV contra 615.3 mil homens, portanto o número das mulheres superior em 44% em relação à dos homens.

Neste contexto é difícil prever a evolução da esperança de vida. Mas é possível que se tenham registado pequenas melhorias, relacionadas com o aumento dos serviços de saúde e o aumento da taxa de cobertura de água em zonas urbanas e rurais e do saneamento em zonas urbanas.

A dificuldade está em identificar qual destas variáveis é responsável pelas mudanças na esperança de vida e em que medida. Na verdade todas contribuem, motivo pelo qual é muito difícil quantificar a relação causa-efeito entre medidas concretas adoptadas no contexto do PARPA II e o aumento da esperança de vida de homens e mulheres.

Há dois outros aspectos que vale a pena salientar em relação a esperança de vida. Primeiro, o facto de que a esperança de vida feminina ser maior do que a masculina em quase todos os países do mundo. No entanto, uma esperança de vida levemente maior para as mulheres não significa que não exista desigualdade de género ou que esta seja menor pelo facto das mulheres viverem mais anos em média do que os homens, na medida em que biologicamente e demograficamente esta é uma constatação independente do estatuto da mulher. E, segundo, é o facto da esperança de vida oficial dum país depender da capacidade para registar óbitos. No caso de Moçambique, por exemplo, o MISAU tem alegado que os recentes aumentos na taxa de mortalidade materna não são o resultado dum agravamento da saúde materna mas duma maior capacidade para registar os óbitos tendo em conta a expansão do sistema nacional de saúde.

Quanto ao PIB per cápita em dólares americanos da paridade de poder de compra trata-se uma variável que deve ser estimada e depende de várias sub-variáveis, nomeadamente:

1. PIB agregado nominal em meticais
2. Crescimento da população (mais população implica menor PIB per capita, *ceteris paribus*)
3. O nível e a taxa de crescimento dos preços (faz reduzir o poder de compra)
4. A taxa de câmbio entre o metical e o dólar americano. A depreciação do metical em relação ao dólar (ou a apreciação do dólar em relação ao metical) reduz o PIB per capita \$PPC.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Este efeito deveria em principio ser compensado pela serie de paridades de poder de compra. Contudo, as taxas de câmbio mudam mais rápido do que a serie de paridades de poder de compra que foram elaboradas Banco Mundial para estabelecer comparações internacionais do poder de compra. Portanto, para uma serie dada, uma depreciação do metical resulta numa queda do GDI.

O gap entre os sexos no rendimento não agrícola é difícil de medir dado que a maior parte dos inquéritos fazem um levantamento dos rendimentos do agregado familiar sem desagregar as componentes do agregado por sexo.

Uma forma de aproximar este gap e acompanhar a evolução da discriminação no acesso ao rendimento económico é identificar as parcelas masculina e feminina nos diferentes níveis de qualificação e estimar um índice salarial para cada nível de qualificação, tal como foi feito no estudo do Banco Mundial (2007).

Um aspecto importante é o que acontece com o GDI se o PIB per capita \$PPC subir mas as diferenciais salariais não melhorarem (ou piorarem)? Será que, neste caso o GDI vai aumentar ou diminuir?

Um exercício simples de simulação mostra que independentemente da desigualdade em qualificações e salários, o GDI aumenta quando o PIB per capita \$PPC aumenta, mesmo se as diferenças entre os sexos aumentam.

Por exemplo, assumamos que o PIB per capita estimado para as mulheres para o ano 2008 seja 430 \$PPC e para os homens 1000 \$PPC. Se em 2009 o PIB per capita \$PPC para as mulheres cair até 420 \$PPC e o PIB per capita \$PPC para os homens subir até 1150 \$PPC o GDI teria aumentado apesar da diferença entre homens e mulheres ter aumentado significativamente.

O mesmo acontece com a outra variável com maior peso no GDI: a esperança de vida. Se por exemplo a esperança de vida para as mulheres tiver sido 49.9 anos em 2008 e 46.1 para os homens, uma redução da esperança de vida feminina até 48.9 anos aliada a um aumento da masculina por exemplo até 48 anos aumentaria o valor final do GDI embora a situação da mulher tivesse piorado em relação a de o homem.

De facto, as diferenças entre os sexos apenas tem se reduzido na escolarização. Para o resto das variáveis do GDI as diferenças entre os sexos mantêm-se. Contudo o nível médio (neutral ao sexo) tem aumentado para todas as variáveis o que tem feito aumentar o GDI.

Uma questão interessante é até que ponto variáveis como o crescimento da população, os aumentos dos preços ou a taxa de câmbio entre o metical e o dólar americano tem um impacto na desigualdade de género.

Quando a população cresce rapidamente o PIB per capita é reduzido e portanto o GDI será menor, mas isto não é necessariamente o resultado dum agravamento das diferenças em PIB per capita entre os sexos.

Uma relação semelhante é aplicável ao aumento dos preços que reduz o poder de compra de todos (homens e mulheres). Dado o enfoque no desenvolvimento, o aumento dos preços reduz o GDI.

### *Análise das variáveis com dimensão de género em Moçambique*

Moçambique tem um perfil de género único (vide os estudos sobre género realizados pelo CMI e os perfis de género pela SIDA, USAID e BAD).

Por um lado, a mulher é muito activa na esfera económica, especialmente na agricultura e em trabalhos pouco qualificados, bem como a nível das estruturas políticas do país a nível central. Por outro lado, existem múltiplas manifestações da desigualdade de género em muitos âmbitos tais como:

- 1) Nos trabalhos mais qualificados e mais remunerados, que são realizados maioritariamente pelos homens;
- 2) Na escola (abuso e assédio sexual, menor escolarização no ensino secundário, técnico e superior);
- 3) Na prevalência e propagação do HIV;
- 4) Na tomada de decisões no agregado familiar (o qual se manifesta, por exemplo, na violência doméstica);
- 5) Na divisão do trabalho e acesso a recursos económicos no seio do agregado familiar (o qual se manifesta em casos de prostituição e tráfico de crianças e mulheres);
- 6) Nos órgãos e instituições públicas aos níveis provincial, distrital e autárquico;
- 7) Nos cargos de direcção do sector privado.

Destas variáveis “clássicas” da desigualdade de género no país o GDI consegue capturar a escolarização e a alfabetização, as duas variáveis com menor peso no GDI.

Na sessão IV apresentamos índices de género usados em comparações internacionais de países. De facto, existem muitos índices de género usados a nível de cada país. Por exemplo, no Relatório de Desenvolvimento Humano da Índia em 2004, para além de reportar o GDI o estado de Gujarat desenvolveu uma medida própria de desigualdade de género ajustada à realidade do estado.

Usando uma estrutura semelhante á de o GDI é possível construir um índice de desigualdade de género com diferentes variáveis (cada uma delas com igual peso).

Por exemplo:  $DG = \frac{1}{5} \sum_{i=1}^5 z_i$  onde as variáveis  $z_i$ , desagregadas por sexo, podem ser: 1) mortalidade, 2) conclusão do ensino primário e secundário, 3) prevalência do HIV entre jovens (dentro de uma faixa etária determinada), 4) participação em trabalhos qualificados fora da agricultura, 5) participação em cargos de chefia nos governos locais.

Também é possível usar outras estruturas, por exemplo não comparar os valores para homens e mulheres mas simplesmente olhar para a evolução de variáveis

relevantes para a desigualdade de género, tais como os casos de assédio e abuso sexual nas escolas.

Considerando as limitações do GDI apresentam-se em seguida outros índices, chamados de última geração, que podem ser úteis para colmatá-las. A par do GDI tais índices podem contribuir para uma medição mais efectiva do progresso em relação a igualdade de género. Estes podem ser usados de forma combinada com o GDI ou isolada deste dependendo da situação.

#### IV. Indicadores de Género de Última Geração

##### 1) African Gender Development Index (AGDI)

O Índice Africano de Desenvolvimento de Género é um índice oficialmente lançado em 2004 pela Comissão das Nações Unidas para África (UNECA)<sup>5</sup>. O índice está composto de duas partes (que também são índices):

###### 1. O Gender Status Index

O Índice do estatuto de género está composto pelas seguintes variáveis:

<b>Categoria</b>	<b>Componente</b>	<b>Sub-componente</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Capacidades</b>	<b>Educação</b>	Matriculas	Matriculas nos ensinos primário, secundário e superior
		Desistências	Taxa de desistência no ensino primário
		Alfabetização	Habilidade de ler e escrever Conclusão do ensino primário
	<b>Saúde</b>	Saúde Infantil	Malnutrição em crianças ( <i>stunting</i> ) Baixo peso em crianças Mortalidade em crianças
		Esperança de Vida	Taxa de esperança de vida
		Novas infecções pelo HIV	Novas infecções pelo HIV
<b>Oportunidades</b>	<b>Rendimento</b>	Tempo fora do serviço	Tempo fora do serviço
		Salários	Salários na agricultura Salários dos funcionários Salários no sector formal Salários no sector informal
	<b>Uso do Tempo e emprego</b>	Rendimento	Rendimento de empresas informais Rendimento dos agregados agrícolas Rendimento por remessas e transferências
		Uso do Tempo	Tempo em actividades económicas de mercado

<sup>5</sup> UNECA (2004) African Women's Report, Addis Abeba.

	<b>Acesso a recursos</b>	<p>Emprego</p> <p>Meios de produção</p> <p>Gestão/negócios</p>	<p>Tempo em actividades económicas fora do mercado</p> <p>Tempo em actividades domesticas</p> <p>Parcela de trabalhadores assalariados</p> <p>Propriedade de terra ou habitação urbana/rural</p> <p>Acesso ao crédito</p> <p>Liberdade de gasto do rendimento próprio</p> <p>Empregadores</p> <p>Funcionários públicos (técnicos superiores)</p> <p>Membros de associações profissionais</p> <p>Técnicos, administrativos</p>
<b>Agencia (representatividade e prestação De contas)</b>	<p><b>Sector Público</b></p> <p><b>Sociedade Civil</b></p>	<p>Parlamento</p> <p>Governo</p> <p>Judiciário</p> <p>Nível local</p> <p>Nível regional</p> <p>Alto funcionariado</p> <p>Cargos de chefia</p>	<p>Deputado/as</p> <p>Ministros/as</p> <p>Juízes</p> <p>Membros dos Governos/Conselhos locais</p> <p>Governadores</p> <p>Embaixadores, etc</p> <p>Sindicatos</p> <p>Partidos políticos</p> <p>Associações profissionais</p> <p>ONGs</p> <p>Associações cívicas</p>

## 2. O African Women's Progress Scoreboard

O quadro de progressos das mulheres africanas está composto pelos seguintes instrumentos:

<b>Categoria</b>	<b>Componente</b>	<b>Sub-componente</b>	<b>Cometimento</b>
<b>Direitos da mulher</b>	<b>CEDAW</b>	Ratificação sem reservas Protocolo opcional Artigo 12 Artigo 16	Ratificação/lei/política/plano/metas/mecanismo institucional/Orçamento/Recursos humanos/pesquisa/envolvimento da sociedade civil/informação/M&A/Total (%)
<b>Dimensão social</b>	<b>Violência contra a Mulher</b> (Plataforma de Acção de Beijing)  <b>Saúde e HIV&amp;SIDA</b> (Carta Africana de Direitos da Criança art. XXVII e Declaração de Abuja 2001)  <b>Educação</b>	N.A. Violência doméstica Violação sexual Assédio e abuso sexual Tráfico de mulheres Enfermidades de transmissão sexual (ETS) Mortalidade materna Contraceptivos HIV&SIDA Politica sobre desistência de raparigas Educação em	Ratificação/lei/política/plano/metas/mecanismo institucional/Orçamento/Recursos humanos/pesquisa/envolvimento da sociedade civil/informação/M&A/Total (%)

		direitos humanos e da mulher	
<b>Dimensão económica</b>	<b>Emprego</b>	Convenção OIT <sup>6</sup> 100 Convenção OIT 111 Convenção OIT 183 Política de HIV&SIDA Acesso aos serviços de extensão agrária Acesso a tecnologia Acesso igualitário à terra	Ratificação/lei/política/plano/metas/mecanismo institucional/Orçamento/Recursos humanos/pesquisa/envolvimento da sociedade civil/informação/M&A/Total (%)
<b>Dimensão política</b>	<b>Resolução das N.U. 1325 sobre solução de conflitos</b>  <b>Políticas</b>	N.A. Acção Afirmativa Cargos de chefia Integração de Género	Ratificação/lei/política/plano/metas/mecanismo institucional/Orçamento/Recursos humanos/pesquisa/envolvimento da sociedade civil/Informação/M&A/Total (%)
<b>Valoração total</b>			

## 2) O Social Institutions and Gender Index (SIGI)

O índice de género e instituições sociais foi elaborado pela Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OECD, organização que tem como

<sup>6</sup> Organização Internacional do Trabalho.

membros os países mais desenvolvidos) em colaboração com a Universidade de Göttingem na Suécia.

O enfoque do SIGI não é tanto medir os resultados da desigualdade de género nos diferentes âmbitos onde esta se manifesta (educação, saúde, etc.) mas a origem das desigualdades em normas sociais tais como códigos de conduta, normas formais e informais, tradições e leis (tais como o código da família ou o código penal) com impacto na desigualdade de género.

As variáveis incluídas no SIGI são:

Variável	Pontuação
Matrimonio prematuro	(0, 0.5 ou 1)
Poligamia	(0, 0.5 ou 1)
<i>Patria potestas</i> e tutela	(0, 0.5 ou 1)
Herança	(0, 0.5 ou 1)
Mutilação genital feminina	(0, 0.5 ou 1)
Violência contra a mulher	(0, 0.5 ou 1)
Fenômeno de mulheres desaparecidas	(0, 0.5 ou 1)
Liberdade de movimentos	(0, 0.5 ou 1)
Liberdade de vestido	(0, 0.5 ou 1)
Acesso à terra	(0, 0.5 ou 1)
Acesso ao crédito	(0, 0.5 ou 1)
Acesso a propriedade	(0, 0.5 ou 1)

### 3) O Gender Equity Index (GEI)

A rede internacional de ONGs chamada “Social Watch” está especializada no controlo do cumprimento dos compromissos internacionais em matéria de redução da pobreza e erradicação da desigualdade de género.

O indicador de “equidade de género” proposto pela Social Watch combina elementos do GDI e do GEM (*gender empowerment measure*), os dois indicadores usados pelo PNUD.

As variáveis usadas no cálculo do GEI são:

Componente	Variável
Educação	Gap de alfabetização entre homens e mulheres

	Matriculas nos ensinos primário, secundário e superior
Participação	Percentagem de homens e mulheres Em trabalhos remunerados fora da agricultura  Rácio de rendimento entre homens e mulheres
Empoderamento	Percentagens de mulheres em trabalhos Qualificados nos sectores profissionais, técnicos, gestão e administração Proporção de deputadas e Ministras

#### 4) O Gender Gap Index (GPI)

O índice do gap ou brecha de gênero apresentado pelo *World Economic Forum* combina variáveis quantitativas (ver tabela em baixo) e qualitativas extraídas do Inquérito de Opinião Executiva (*Executive Opinion Survey*) do Foro Económico Mundial, um inquérito que é feito a 9000 líderes do âmbito dos negócios em 104 países do mundo.

As variáveis usadas são:

<b>Categoria</b>	<b>Variáveis</b>
<b>Participação económica</b>	Desemprego masculino e feminino Participação económica Diferenças na remuneração
<b>Oportunidades económicas</b>	Duração da licença de maternidade Percentagem de remuneração paga durante a licença de maternidade Número de mulheres em cargos de gestão Disponibilidade de serviços públicos de cuidados infantis Impacto das leis de maternidade no recrutamento de mulheres Desigualdades salariais entre homens e mulheres no sector privado
<b>Empoderamento político</b>	Número de ministras Percentagem de deputadas Mulheres em cargos sénior de gestão Número de anos uma mulher foi chefe do Estado
<b>Educação</b>	Taxas de alfabetização Taxas de matrícula para os ensinos primário, secundário e superior Numero médio de anos de escolaridade
<b>Saúde e Bem estar</b>	Efectividade das estratégias de redução da pobreza e a desigualdade Taxa de fecundidade adolescente Percentagem de partos assistidos

### 5) O Women Economic Opportunity Index (WEOI)

O índice de oportunidades económicas das mulheres é o mais recente dos indicadores sobre género de última geração. Foi encarregado pelo Banco Mundial e desenvolvido pela *Economist Intelligence Unit* em 2009.

Grupos de trabalho especializados em diferentes áreas (trabalho, educação, etc.) foram criados e eles escolheram o total de 28 variáveis que compõem o índice. Muitas destas variáveis já faziam parte de outros índices tais como o *African Gender Development Index* (UNECA) e o *Social Institutions and Gender Index* (OECD).

No entanto, o indicador é pioneiro no enfoque nas oportunidades económicas para as mulheres para além das diferenças entre os sexos. É neste contexto que o indicador inclui uma avaliação do ambiente de negócios e do tecido económico do país no qual as mulheres devem operar.

Na realidade o indicador mede atributos específicos do contexto em que as mulheres empregadas e empregadoras se desenvolvem.

O índice também faz uso de códigos legais reconhecidos internacionalmente, tais como as avaliações anuais que a OIT faz dalgumas convenções sobre a igualdade nas remunerações.

O resultado final do WEOI é calculado como a media aritmética dos resultados dos indicadores de cada uma das cinco categorias (cada uma delas com igual peso).

O WEOI é calculado para 103 países. As variáveis usadas são:

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Valoração</b>
<b>Trabalho</b>		(de 0 a 100)
<b>a) Políticas</b>	Convenção da OIT 111: políticas Convenção da OIT 100: políticas Restrições sobre empregos Licença de maternidade Diferencial na idade de reforma	
<b>b) Práticas</b>	Acesso ao cuidado infantil Discriminações <i>de facto</i> no local de trabalho Convenção da OIT 111: cumprimento Convenção da OIT 100: cumprimento	

<b>Crédito, Propriedade e Impostos</b>	Acesso a empréstimos bancários: mulheres Medida composta do crédito (Acesso a informação sobre crédito e direitos legais ao crédito) Práticas tradicionais ou Lei escrita Práticas discriminatórias nos códigos fiscais	(de 0 a 100)
<b>Educação e Formação</b>	Taxa de alfabetismo: mulheres Apoio as pequenas e medianas empresas/formação Ensino primário e secundário: mulheres Ensino superior: mulheres Formação vocacional ou técnica: mulheres	(de 0 a 100)
<b>Normas Sociais e Atitudes</b>	Liberdade de movimento: mulheres Taxa de fecundidade adolescente Mulher trabalhadora ( <i>World Values Survey</i> ) Trabalhos escassos ( <i>World Values Survey</i> ) Violência contra a mulher	(de 0 a 100)
<b>Ambiente Geral de Negócios</b>	Ambiente para a criação de negócios Risco de infra-estruturas Subscritores a telefonia móvel Indicador composto de governação Inquérito da <i>Gallup World</i> sobre o ambiente local para a realização de negócios	(de 0 a 100)

## **V. Conclusão**

O Gender Development Index faz parte dos 11 indicadores globais do PARPA II.

Neste breve estudo o Gender Development Index foi calculado para o período 2004-2008 com base nas fontes estatísticas oficiais mais recentes até a data concluindo-se que a meta para o GDI estabelecida no PARPA II para 2009 foi atingida em 2008.

Este estudo descreveu a metodologia de cálculo e as fontes de informação usadas para além de fazer uma análise simples das variáveis que compõem o índice e da sensibilidade do índice as diferenças entre os sexos nas variáveis com maior influência no valor final do índice (esperança de vida e PIB per capita).

Finalmente, apresentou cinco índices sobre género de última geração, com diferentes níveis de requerimentos estatísticos. Todos eles são usados para fazer comparações internacionais e fornecem diferentes perspectivas sobre os vários aspectos da desigualdade de género que podem ser utilizados para melhorar ainda mais a medição do desempenho em matéria de igualdade de género.

No fundo, a qualidade dum indicador depende muito do contexto onde pretende ser utilizado. Algumas variáveis socioeconómicas podem ter mais importância (sob o ponto de vista da desigualdade de género) em alguns países, enquanto em outros países as mesmas variáveis podem não ter relevância de género.

Para ser útil, um indicador deve ter impacto na variável alvo, deve ser periodicamente mensurável com os dados e informações necessárias recolhidos com alguma regularidade, facilmente interpretável e relevante no seu próprio contexto.

## VI. Bibliografia

CEDAW (2007). *Concluding comments of the Committee on the Elimination of Discrimination against Women: Mozambique*. UN: New York.

CMI (2006). *“Opitanha” Social Relations of Rural Poverty in Northern Mozambique*. Bergen: CMI.

CMI (2007). *“Xiculungo” Social Relations of Urban Poverty in Maputo, Mozambique*. Bergen: CMI.

CMI (2008). *Gender Policies and the Feminisation of Poverty in Mozambique*. Bergen: CMI.

Ellis, A., Manuel, C., Mark Blackden, C. *Gender and Economic Growth in Uganda: Unleashing the Power of Women*. Washington: World Bank.

CGD (2009). *Moving Beyond Gender as Usual*. Washington:CGD.

Fórum da Mulher (2007). *Stage of implementation of the CEDAW in Mozambique: Shadow Report*. Maputo.

Garrido, P.I. (2007). *Women’s Health and Political Will*, The Lancet. Vol 370, October 13<sup>th</sup>, 2007.

Goicoechea, S.R. (2005). *Gender, Poverty and Development*. A Presentation to the Gender Coordination Group.

Goicoechea, S.R. (2007). *Costing Poverty Reduction Strategies: The Case of Food Security and Nutrition in Mozambique*. Rome: Published by FAO. Portuguese version published by the Ministry of Agriculture of Mozambique. Maputo.

Goicoechea, S.R. et al (2009) *Public Expenditure Review of the Water and Sanitation Sector in Mozambique, 2000-2008*. (draft). World Bank.

Governo de Moçambique (2006). *Plano de Acção para a Reducção da Pobreza Absoluta (2006-2009)*. Maputo.

Grupo de Coordenação de Género (2007). *Nota Técnica sobre Género*. Maputo.

Grupo Multisectorial (2004). *Relatório de Vigilância Epidemiológica*. Maputo.

Grupo Multisectorial (2007). *Relatório de Vigilância Epidemiológica*. Maputo.

INE (2003). *Inquérito Demográfico e da Saúde*. Maputo.

INE (2003). *Inquérito aos Agregados Familiares*. Maputo

International Poverty Centre (2007). *Growth, Poverty and Inequality in Mozambique*, Country Study No 10. Commissioned by Finland’s Ministry of Foreign Affairs and Published by the IPC.

MMAS (2007). *Plano Nacional para o Avanço da Mulher 2007-2009*. Maputo.

MMAS (2007). *Estágio de implementação do CEDAW em Moçambique*. Maputo.

MMAS (2009). *Balanço do Plano Nacional para o Avanço da Mulher 2007-2009*. Maputo.

MMAS (n.d). *Guião para a Introdução do Género no Orçamento do Estado*. Maputo.

ONUSIDA (2009). *Mulheres, Raparigas e HIV/SIDA em Moçambique*. Maputo.

PSI (2005). *'Milking the Cow'. Young Women's Construction of Identity, Gender, Power and Risk in Transactional and Cross-Generational Sexual Relationships*. Maputo: Population Services International.

SIDA (2006). *Towards Gender Equality in Mozambique: A Profile on Gender Relations Update 2006*. Maputo: SIDA (Swedish International Development Agency).

UNDP (varios anos). *National Human Development Report, 2001, 2005, 2007*. Maputo.

USAID (2002). *Gender Profile in Mozambique: Analysis and Action Plan for the New Strategy Period 2004-2010*. Maputo.

World Bank (2006). *Gender Equality as Smart Economics: A World Bank Group Gender Action Plan (2007-10)*. Washington D.C.: The World Bank.

World Bank (2006). *Gender, Time Use, and Poverty in Sub-Saharan Africa*. Washington: World Bank.

World Bank (2007). *Beating the Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy*. Washington: World Bank..